

171 paraguaio

ESCÂNDALO Ronaldinho Gaúcho e Assis contam com o apoio de Bolsonaro

POR RENÉ RUSCHEL

Ronaldinho Gaúcho apareceu na vitrine do futebol há 20 anos. O menino dentuço e franzino, de apenas 19 anos, brilhou com a camisa da Seleção Brasileira em terras paraguaias “depois de fazer uma jogada celestial em gol”, como canta Jorge Ben Jor. Bastou um “lençol” no adversário na pequena área para consagrá-lo. O histriônico Galvão Bueno anunciava à pátria de chuteiras: “Olha o que ele fez! Olha o que ele fez! Olha o que ele fez!” Era a Copa América de 1999. O que ninguém podia prever é que, no mesmo Paraguai que o consagrou, Ronaldinho viria a marcar um gol contra. Na sexta-feira 6, o craque e seu irmão, Roberto Assis Moreira, foram presos após entrar no país com passaportes e identidades falsas.

O caso transformou-se em uma mixórdia jurídica, um quebra-cabeça no qual as peças ainda não se encaixam. Por que o ex-jogador e seu irmão empresário entrariam no Paraguai com documentos falsos se podiam fazê-lo de forma legal? Oficialmente, o atleta teria sido convidado a apoiar as atividades sociais da Fundação Fraternidade Angelical, presidida pela até então anônima Dalia López, participar da inauguração de um cassino de propriedade do brasileiro Nelson Belotti e lançar o livro *Gênio da Vida*. Mas a história é mais complicada.

Os irmãos desembarcaram no aeroporto Silvio Pettirossi na quarta-feira 4

sob um forte aparato de segurança. A visita não foi divulgada pela mídia local. Ninguém até agora sabe sequer onde o livro seria lançado. Mas isso é o que menos importa. Após os trâmites aparentemente legais, quando apresentaram passaportes e identidades falsas, Ronaldinho e Assis hospedaram-se em suítes de um luxuoso hotel nas cercanias da capital. Horas depois, policiais e integrantes do Ministério Público paraguaio vasculharam os quartos e apreenderam os documentos. A notícia caiu como um míssil nos estádios. Era dia de rodada do Campeonato Paraguai. Em questão de minutos, os repórteres deixaram a bola de lado para correr atrás da operação policial.

Começava o mistério. Quem forneceu as certidões? Quem pediu? Quando e onde receberam? As autoridades paraguaias sabiam da emissão desses documentos? As dúvidas e contradições ainda são muitas. Anastacio Ojeda, assessor

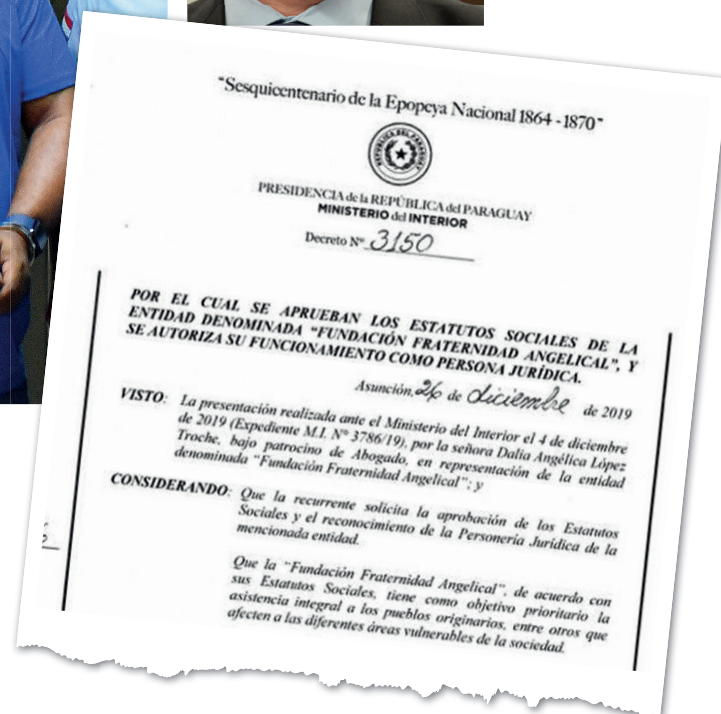
O ex-jogador e o irmão integram uma trama com suspeitas de sonegação e lavagem de dinheiro

demitido do ministro do Interior, Euclides Acevedo, cuja pasta é responsável pela emissão dos documentos, afirmou que seu ex-chefe soube da existência das identidades falsas antes da chegada dos visitantes. Acevedo, obviamente, nega. Os documentos, segundo depoimento do casal Wilmondes Souza Lira e sua mulher, Paula Lira, à Justiça, foram entregues por eles aos irmãos, ainda no Brasil.

O ministro, cuja reputação de “operador maçônico do governo” supera sua condição de artífice político, foi o mesmo que assinou, em 26 de dezembro de 2019, portanto há menos de 90 dias, o documento que aprovava os estatutos sociais da Fundação Fraternidade Angelical, presidida por Dalia López, parceira de Ronaldinho e agora considerada fugitiva pela Justiça. O intrigante nesta história é que, desde setembro do ano passado, a empresa era alvo de investigação por sonegação de impostos, evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Segundo o Ministério Público paraguaio, ela integraria uma organização criminoso estruturada para facilitar o desenvolvimento e o uso de documentos de identidade e passaportes falsos, com a participação de funcionários estatais e privados. O objetivo seria encobrir negócios ilegais e benefícios patrimoniais indevidos. O ministro não sabia?

Se a visita era apenas mais um compromisso profissional, por que o ex-jogador e seu irmão usariam documentos falsos? Ronaldinho quer que a Justiça paraguaia acredite que ele “pensou que fosse uma cortesia”. O advogado brasileiro da dupla, Sérgio Queiroz, insistiu no argumento: ambos “não sabiam que os documentos eram ilegais”. Mas acabou confirmando que seus clientes, de fato, “estavam interessados em iniciar negócios no Paraguai”. De que tipo?

Dentre as possibilidades aventadas cogita-se uma parceria com o brasileiro radicado em Assunção Nelson Belotti, um



dos anfitriões e dono do cassino Il Palazzo. Belotti é velho conhecido da Justiça brasileira. Em 2016, uma investigação do Ministério Público Federal concluiu que o empresário esteve envolvido na Operação Lava Jato. De acordo com a Procuradoria, Belotti teria depositado dinheiro de propina em favor do então deputado federal José Janene na conta da CSA – Project Finance Consultoria e Intermediação de Negócios Empresariais.

Segundo o jornalista paraguaio Kike Gamarra, os cassinos no Paraguai são vigiados e protegidos por políticos influentes, notadamente do Partido Colorado. Em todos os países onde os cassinos são legalizados, a jogatina sempre foi ferramenta propícia para sonegação de impostos, lavagem de dinheiro, financiamentos extraoficiais de campanhas políticas ou negócios ilícitos.

Nos bastidores, conjectura-se que a busca pelos documentos no hotel, cerca de dez horas após a chegada dos convidados, possa ter acontecido justamente pelo fato de os irmãos tentarem aportar seus investimentos em uma atividade na qual só os

Bons amigos.

Moro não gostou da prisão do “embaixador” e do irmão, relata o ministro da Justiça do Paraguai

poderosos locais podem atuar. Belotti não teria cacife nem proteção política necessária para apostar tão alto. Cortar o mal pela raiz e abater os possíveis concorrentes em pleno voo seria a melhor solução. No mundo das especulações, há quem afirme, ainda segundo Gamarra, que Ronaldinho e Assis planejavam viajar de Assunção para Dubai com passaportes paraguaios.

Ronaldinho, embaixador honorário do Turismo do governo Bolsonaro, conta com o auxílio do ex-capitão para tentar se livrar da prisão, que em princípio pode durar seis meses. Escalado para a missão, o ministro Sérgio Moro tentou aliviar a barra do ex-atleta em uma conversa por telefone com seu colega paraguaio,

Euclides Acevedo. “Moro quis saber se ele e Assis poderiam ser libertados. Respondi que não dependia de mim. Ele não gostou da prisão de Ronaldinho”, relatou Acevedo.

Na terça-feira 10, a Justiça do Paraguai negou o pedido de prisão domiciliar solicitado pela defesa. “Trata-se de uma investigação com atos que atentam contra a segurança de documentos de identidade do Paraguai. Faz cinco dias que começou a investigação. Ainda estão sendo estudadas condutas individuais. Essas pessoas (*Ronaldinho e Assis*) não têm raízes (no Paraguai)”, afirmou em nota o Ministério Público do país. Galvão Bueno não disse, mas poderia, a respeito do episódio: “Olha o que ele fez! Olha o que ele fez!”